

Editorial

O Ministério Público chega ao seu centenário, o que é motivo de comemoração, mesmo em tempos difíceis em que a alegria não será plena como gostaríamos. Esta é uma edição especial que tem características próprias – ser em dois tomos é uma delas – mas mantendo o espírito de crônica, de refletir seu tempo.

Se estamos comemorando 100 anos do Ministério Público Militar, é porque houve um ato de criação: sensíveis à importância de se cultivar a História e não deixar que ela seja esquecida, alterada nem deturpada, iniciamos os tomos da revista com os trechos mais relevantes do decreto n. 14.450, de 30 de outubro de 1920, que o criou.

O primeiro tomo da revista é essencialmente temático e dedicado a um sério problema do nosso país ao qual o MPM tem dado especial atenção nos últimos anos: a corrupção e os crimes afins. A lei 13.491/2017, que tornou militares crimes que estavam apenas no CP e na legislação extravagante, o trabalho do CPADSI – com sua equipe atuante, criação de ferramentas tecnológicas e convênios para acesso a outras ferramentas e

bancos de dados – e a criação dos NPAC foram um grande incremento à atuação da nossa instituição nessa área, além de nos permitir auxiliar outros ramos, Ministérios Públicos estaduais e outras instituições com nossa tecnologia. Os artigos inéditos de valorosos pensadores e doutrinadores do direito bem analisam os vários meandros desses temas sob vários olhares, todos incluindo o mais essencial de todos: o prático, já que o Direito não se pode desvincular da realidade nem se esquecer da Sociedade, origem de todo o poder, de quem o Direito vem e a quem se destina. Ainda dentro desse olhar histórico e de crônica, o Tomo I é encerrado com artigo de membro do MPM que faz uma panorâmica detalhada e jurídica dos últimos 23 anos da Instituição do ponto de vista de sua vivência na carreira.

O segundo tomo da revista é mais eclético. Temos artigos inéditos de temas variados, também com foco na realidade e na prática, que trazem abordagens inovadoras sobre direito penal em geral, economia do crime (e análise de suas motivações) Direito Militar Penal, Processual e Administrativo. Todos eles, como os temáticos, serão muito úteis para o trabalho de quem atua em prol da Sociedade. Temos também a seção tradicional de artigos de grande repercussão, que reúne textos selecionados na imprensa e que permitem retratar o momento

em que a revista foi elaborada e editada, mantendo um vínculo mais próximo com os acontecimentos do Brasil e do mundo que nos cercam. Finalizando, e prosseguindo o que foi iniciado na edição anterior, temos aquela seção que nos lembra que o Direito não pertence aos profissionais da área mas que, acima de tudo, pertence a quem o legitima e que o vive diariamente: o cidadão comum, em especial, o dito leigo em direito. Desta vez publicamos a visão de um editor e revisor de livros.

Eis a Revista do centenário do Ministério Público Militar, coincidentemente a de número 33, um número que evoca muito mistério e sempre chama muita atenção, seja por ser conhecido como a idade de Jesus Cristo ao morrer e ressuscitar, seja porque é o número de graus do Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria, seja por quaisquer outras razões. Que isso seja motivo para ainda mais interesse e mais leitores para ela.

Parabéns ao Ministério Público Militar: que venham mais centenários, sempre a serviço da Sociedade, de onde emana todo o poder.

Adriano Alves-Marreiros
Promotor de Justiça Militar

